

## O status político da Humanidade a partir da modernidade na ótica de Hannah Arendt

Carlos Fernando Silva Brito<sup>1</sup>

84

### Resumo

O presente trabalho aborda a reflexão de Hannah Arendt sobre o declinar da esfera pública e ascensão da esfera social na Era moderna. Elucida a relação da filosofia política de Hannah Arendt com as sociedades gregas e romanas antigas. Aponta o processo de declinar da esfera pública a partir do fenômeno da ascensão dos regimes totalitários no século XX e a massificação social, assim como também a perda das condições de pluralidade e das noções de imortalidade e eternidade nos homens modernos. Apresenta a concepção de sociedade de consumidores que fora constatada por Arendt. Explica a atuação dos homens enquanto *homo faber* e *animal laborans*, para o ápice do declinar de um sentido de política no mundo hodierno. Destaca o papel da ação como geradora de política para a ressignificação das esferas tradicionais e a eficiência do poder e da promessa para uma reabilitação das categorias políticas. Descreve o conceito de natalidade como possibilidade da renovação das possibilidades da humanidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hannah Arendt. Sociedade de consumidores. Totalitarismo. Esfera pública. Esfera social. Política.

### Abstract

This paper deals with Hannah Arendt's reflection on the decline of the public sphere and the rise of the social sphere in the modern era. Elucidates the relation of Hannah Arendt's political philosophy to ancient Greek and Roman societies. Explicit points to the process of declining the public sphere from the phenomenon of the rise of totalitarian regimes in the twentieth century and social massification, as well as the loss of the conditions of plurality and the notions of immortality and eternity in modern men. Introduces presents the conception of consumer society that Arendt found. It explains the performance of men as *homo faber* and *animal laborans*, at the height of the decline of a sense of politics in the world today. Describes the role of action as the generator of policy for the re-signification of traditional spheres and the efficiency of power and promise for a rehabilitation of political categories. Describes the concept of birth as a possibility for the renewal of humanity's possibilities.

**KEYWORDS:** Hannah Arendt; Consumer society; Totalitarianism; Public sphere; Social sphere; Policy.

---

<sup>1</sup> Graduado em filosofia pelo IESMA (2016), Especialização em ética e filosofia política pela UnYleia (2017), Mestre em filosofia pela UFPI (2019).

## Introdução

A humanidade desde os seus primórdios é marcada pelo surgimento de questionamentos que instigam a curiosidade e a mente humana. Quase que concomitantemente ao surgimento dessas questões, despertam-se grandes pensadores que ajudam a humanidade através de suas reflexões a compreender o mundo em que se vive. Nesse sentido, no estudo da filosofia, tem-se a construção de uma espécie de “teia” de pensamento a partir do surgimento sempre novo de pensadores que se põem a refletir sobre as coisas que já estão postas anteriormente sobre determinados temas.

A existência desta “teia”, que alguns pensadores chamarão de tradição, encontra-se ameaçada desde a 2ª Guerra Mundial (1933-1945). A partir do ideal de evolução da humanidade instaurado na Era moderna, muitas estruturas, conceitos e valores foram sendo deturpados e alguns até mesmo esquecidos, dentre estes, a existência de esferas privadas e públicas essenciais para a vida política dos homens. No entanto, como já fora explanado, a tarefa do filósofo é “lançar luz” sobre a obscuridade do pensamento, que muitas vezes se instaura em determinados momentos históricos.

Consciente dessa realidade de “tempos sombrios”, a presente pesquisa busca na pensadora e filósofa política Hannah Arendt (1906-1975), as bases para um “clarear” das ideias e a solução para a seguinte questão: em que consiste o papel dos homens no declinar da esfera pública e na ascensão da esfera social na Era Moderna? Solucionar tal questão é crucial para o desenvolvimento de um verdadeiro sentido da política, e para uma revisão do comportamento social dos homens.

Para este fim, tem-se como objetivo principal, analisar o conceito de esfera pública no pensamento de Hannah Arendt e a atuação dos homens para o declínio da mesma e ascensão da esfera social; ou seja, caracterizar a atuação dos homens como *animal laborans* dentro de um percurso histórico para que a esfera pública - tão presente nas sociedades gregas e romanas - caísse em declínio e ascendesse a esfera social.

Buscando alcançar esse objetivo, esta pesquisa está organizada em três momentos. Em um primeiro momento será apresentada a estruturação do conceito de Esfera pública segundo Hannah Arendt e sua direta relação com as sociedades gregas e romanas. No segundo será explicado o declínio da Esfera Pública e a ascensão da Esfera Social na Era Moderna e sua ligação com os domínios totalitários ocorridos no início do século XX, visando elucidar um de seus maiores legados à humanidade, que é a massificação dos homens. No terceiro e último momento será descrita a atuação dos homens em sua tríplice atividade humana, a

saber: obra, trabalho e ação. Ainda nesta terceira seção será feita uma breve exposição da possibilidade de ressignificação da política a partir da ação, da natalidade, do perdão e da promessa.

Esta pesquisa possui caráter bibliográfico, à vista disso, se faz uso dos métodos analítico-conceitual e hermenêutico-filosófico. Tais métodos serão veículos para a análise e interpretação das principais obras da pensadora, como: *A condição humana* (1958), *Entre o passado e o futuro* (1961) e *Origens do totalitarismo* (1951).

Destarte, conclui-se a importância da correta significação das atividades dos homens e a possibilidade de recomeço das atividades políticas a partir do nascimento de novos homens. Apesar da Era Moderna ter instaurado uma sociedade de trabalhadores e consumidores, a humanidade pode recomeçar e reatar sua história com a tradição através das ações dos homens, e evitando a má atividade do *homo faber* e do *animal laborans*.

## 1. Os Gregos, Os Romanos, e Arendt

A relação de Hannah Arendt com os povos antigos é um dos detalhes que a coloca como ponto chave dentro da filosofia política contemporânea. Esta relação marcou de tal modo o seu pensamento a ponto de lhe render críticas de muito filósofos, visto os conceitos mais elementares de sua filosofia estar marcados pelo ideal grego e romano<sup>2</sup>.

A fim de evitar as críticas dos que dizem que Arendt era apenas uma “passadista em busca do espaço público perdido”<sup>3</sup>, vale destacar, com Poizat, que a costumeira volta de Arendt aos antigos diz respeito ao seu “[...] o esforço de redescobrir o sentido de um pensamento político que conservaria toda sua pertinência para o mundo contemporâneo”<sup>4</sup>. Dito isto, tem-se que em Arendt não há uma pretensão de definição do agir da humanidade, mas um desejo de compreender e esclarecer o verdadeiro sentido da política, tomando como base a análise do pensamento e da estrutura de civilizações antigas como Grécia e Roma.

### 1.1. A esfera pública na Grécia e Roma Antiga

Pensar o conceito de esfera pública em Arendt requer uma direta leitura de clássicos antigos. Conforme Cardoso, “portanto, a definição do conceito de esfera pública de Hannah Arendt reside em sua análise de *polis* grega e, em menor grau, da *res publica* romana,

---

<sup>2</sup> Cf. CRESPIGNY, Anthony; MINOGUE, Kenneth. **Filosofia política contemporânea**. Trad. Yvonne Jean. Brasília: Ed. Unb, 1979. p. 273.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Luciano. **10 lições sobre Hannah Arendt**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 76.

<sup>4</sup> POIZAT apud OLIVEIRA, op. cit., p. 77.

experiências políticas da qual emergiram a política do Ocidente [...]”<sup>5</sup>. Por isto é necessário fazermos esta breve exposição das estruturas das sociedades gregas e romanas a partir da ótica arendtiana.

Na *polis* grega havia uma clara distinção entre a esfera pública e a esfera privada, de modo que uma não se projetava para dentro do campo da outra. “A distinção entre as esferas privada e pública da vida corresponde aos domínios da família e da política, que existiram como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado;”<sup>6</sup>. Isto implica que o estado ideal da *polis* encontra sua origem na divisão dessas esferas e na perfeita execução de suas finalidades.

Pode-se afirmar que para Hannah Arendt, o surgimento da Cidade-Estado e, conseqüentemente do espaço público só foram possíveis devido à existência da esfera privada do lar (*oikos*). Ou seja, da existência de um “reino” responsável pela tarefa de suprir as necessidades físicas dos homens, dando assim a liberdade para a ação dos homens no espaço público.

Conforme afirma Arendt:

O que todos os filósofos gregos tinham como certo, por mais que se opusessem à vida na *polis*, é que a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política; que a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado; e que a força da violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade – governando escravos, por exemplo – e tornar-se livre (ARENDRT, 2016, p. 38).

A pensadora compreende que a *polis*, era o reino da liberdade e, desse modo, a esfera privada era o domínio responsável pela servidão ao reino da liberdade: “Se entendermos então o político no sentido da *polis*, sua finalidade ou *raison d’être* seria estabelecer e manter em existência um espaço em que a liberdade, enquanto virtuosismo, pudesse aparecer”<sup>7</sup>. Assim sendo, se destaca que o único modo de liberdade para os gregos era evidentemente a atividade na *polis*, ou seja, a atividade política. Essa concepção chegou também aos romanos, de modo que para Arendt o povo romano foi o único povo capaz de chegar ao auge da organização política e da possibilidade de liberdade dos homens.<sup>8</sup>

Dentro desse reino de liberdade, Arendt, apropriando-se do conceito de *vita activa* de Aristóteles, distingue três atividades básicas dos homens: o trabalho, a obra e a ação. Para

<sup>5</sup> CARDOSO JUNIOR, Nerione N. **Hannah Arendt e o declínio da esfera pública**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. p. 31.

<sup>6</sup> ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016, p. 34.

<sup>7</sup> ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 201.

<sup>8</sup> Cf. *Ibid.*, p. 52.

Arendt, os homens atuam nesse tripé. “O trabalho é a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho”<sup>9</sup>. A condição humana do trabalho é a própria vida, ou seja, a necessidade do sustento biológico.

A segunda atividade desse tripé é a obra, “[...] atividade correspondente à não-naturalidade da existência humana, que não está engastada no sempre-recorrente [...] A obra proporciona um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural”<sup>10</sup>. A condição da vida humana que está relacionada com a obra é a mundanidade, ou seja, os artifícios humanos que constroem o mundo habitável.

O trabalho se distingue da obra principalmente quanto ao seu caráter biológico. Este consiste na subsistência do homem, na busca pela manutenção biológica do ser humano. A obra é caracterizada pela sua materialidade, isto é, pelo seu efeito duradouro. Os homens fabricam (obram) os artifícios<sup>11</sup> para poderem tornar sua existência eterna<sup>12</sup>, e para fazerem o mundo mais habitável. Para além dessas diferenças entre trabalho e obra, está a existente entre obra e ação. Segundo Arendt, “a fabricação distingue-se da ação porquanto possui um início definido e um fim previsível: ela chega a um fim com seu produto final, que não só sobrevive à atividade de fabricação como daí em diante tem uma espécie de ‘vida’ própria”<sup>13</sup>. Ao contrário da fabricação, os frutos da ação não podem ser palpáveis e sofrem com a não durabilidade dessa atividade visto que ninguém pode viver o tempo todo exposto no domínio da ação.

A ação é a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, enquanto que a fabricação produz frutos que se perpetuam para além da existência humana. A ação é, pois, a condição do reino da pluralidade por excelência. “Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição

---

<sup>9</sup> ARENDT, op. cit., 2016. p. 9.

<sup>10</sup> ARENDT, op. cit., 2016. p. 9.

<sup>11</sup> Dentro destes “artifícios” podemos destacar as criações materiais, as invenções tecnológicas do homem, assim como também artifício não-físicos, como por exemplo as leis.

<sup>12</sup> Essa é uma discriminação bastante cara para a filosofia arendtiana, a pensadora distingue entre imortalidade e eternidade. Tal distinção é de suma importância para Arendt, pois aqui se distingue o propósito do agir dos gregos e romanos. “A imortalidade significa, continuidade no tempo, vida sem morte nesta Terra e neste mundo, tal como foi dada, segundo o consenso grego, à natureza e aos deuses do Olimpo” (ARENDT, 2016, p. 22). Arendt esclarece que os gregos visando o caráter imortal dos homens, agiam de modo a tentar galgar tal característica para si, porém, com o tempo deparavam-se com o caráter da mortalidade dos homens. Já os romanos com a queda do seu império, demonstraram “[...] claramente que nenhuma obra de mãos mortais pode ser imortal [...]” (ARENDT, 2016, p. 26). Para Arendt os homens deveriam na verdade buscar eternizarem-se através de seus feitos, obras e palavras, deste modo o ser humano seria eternamente lembrado através da sua inserção nas histórias e histórias dos homens (Cf. ARENDT, 2016, p. 24).

<sup>13</sup> ARENDT, op. cit., 2014, p. 91.

– não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política”<sup>14</sup>. Ou seja, a ação é a maior e mais política de todas as condições humanas.

Consciente disso, Arendt afirmara que “[...] a língua dos romanos – talvez o povo mais político que conhecemos – empregava como sinônimas as expressões ‘viver’ e ‘estar entre os homens’ [...]”<sup>15</sup>. O que a pensadora quer destacar dos romanos, é que para eles o ato de viver é necessariamente um ato político, isto é, só se está vivo se se estiver consciente da condição de pluralidade.

A pluralidade é efetivamente encarnada e respeita somente no espaço público. “Afinal, a *polis* era como um palco comum a todos habitantes, onde os indivíduos-atores poderiam aparecer e contracenar, tendo assim reconhecidas e certificadas as suas existências pelos demais cidadãos-espectadores”<sup>16</sup>. Arendt esclarece que o “aparecer e contracenar” dos homens é uma unidade essencial para a vida em comum. “O aparecer é a unidade mais contrária ao espaço privado, é, pois, a primeira característica do espaço público”<sup>17</sup>.

Essa concepção do “aparecer” arendtiano é feita a partir da análise da sociedade grega, e por isso se liga tão diretamente à análise agostiniana, cuja junção resulta no conceito arendtiano da “natalidade”. Ambos os conceitos se relacionam diretamente com a possibilidade de novos começos e da revelação das identidades pessoais. Ambos caracterizam os desdobramentos da ação dos homens.

Dentro dessa descrição da esfera política na *polis*, Arendt chama atenção para o papel e função da lei (*nomos*). Cardoso, sintetiza essa ideia arendtiana da seguinte maneira: “[...] as leis (*nomos*) definem os limites da esfera política, local do convencimento mútuo entre os cidadãos livres; fora dos ‘muros legais’ da *polis*, situavam-se os estrangeiros e a esfera privada da vida familiar (mulheres, filhos e escravos)”<sup>18</sup>. A lei era um fenômeno pré-político, criado pelas mãos do *homo faber*<sup>19</sup>, deste modo, na Grécia antiga a lei servia como um divisor de águas para a determinação daqueles que poderiam ou não adentrar no espaço público, e assim “fazer” política.

<sup>14</sup> Cf. ARENDT, op. cit., 2016. p. 9.

<sup>15</sup> Ibid., p. 10.

<sup>16</sup> ARENDT, Hannah. **A vida do espírito: o pensar, o querer e o julgar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 19.

<sup>17</sup> CARDOSO, op. cit., p. 34.

<sup>18</sup> Ibid., p. 44-45.

<sup>19</sup> O *homo faber* é o nome dado por Arendt para o agente da obra. Representa o homem que “constrói, obra, fabrica”. De igual modo à pensadora, nomeia como *animal laborans* o homem que trabalha, ou seja, o homem condicionado a buscar apenas sua subsistência biológica. Da ação Arendt prefere não nomear o agente, pois esta não é uma condição perpétua e sim uma condição política, ou seja, uma condição alcançada somente no ato.

Esta noção de *nomos* é importante para a política arendtiana, pois é a partir daí que se pode estabelecer a maior diferença entre o povo grego e o povo romano. Conforme Cardoso explicita, “[...] a lei (*lex*) tinha para os romanos um significado de associação, diferente do que existia entre os gregos antigos, para quem a lei (*nomos*) era uma espécie de ‘muro’ que definia e protegia o espaço de liberdade dos cidadãos”<sup>20</sup>. A partir disso, podemos concluir que para os romanos a lei estava diretamente relacionada com a vida pública, dizia respeito a um contrato que geria os espaços destinados para o agir.

Destarte, os romanos aprenderam que a lei é na verdade não um “muro”, mas sim, um elo entre as esferas, uma espécie de “contrato” que serve para estabelecer as condições de habitação em ambas as esferas. Esse é o reconhecimento no povo romano da importância da coexistência das duas esferas.

Por estas características, Arendt considera o povo romano como sendo o mais político que já existiu, chegando a afirmar que “devemos o pleno desenvolvimento da vida no lar e na família como espaço interior e privado ao extraordinário senso político do povo romano, que, ao contrário dos gregos, jamais sacrificou o privado ao público [...]”<sup>21</sup>. Os romanos compreenderam essa coexistência de modo que, por muito tempo, conseguiram perpetuar seu domínio sobre os povos. Com o fim do seu domínio e, conseqüentemente, do seu Império veio então o declinar das relações entre as esferas pública e privada.

Como demonstrado, a origem da política de Arendt está extremamente ligada aos povos gregos e romanos, de modo que somente compreendendo isto, é que poderemos entender como se deu o declínio da esfera pública, e como isso influenciou na política moderna.

Portanto, tem-se que a tradição é extremamente importante para a construção de uma sociedade. Para Arendt, apenas duas vezes na história da humanidade, os homens foram tão conscientes dessa importância, a saber: o período do ápice de desenvolvimento da sociedade romana e o período do florescer do romantismo<sup>22</sup>. No entanto, na contemporaneidade, a tradição foi quebrada e perdida, disto decorre o declinar de tantas estruturas tradicionais – como se perceberá na seção seguinte – que sustentavam a *vita activa* dos homens.

---

<sup>20</sup> CARDOSO, op. cit., p. 45.

<sup>21</sup> ARENDT, op. cit., 2016, p. 72-73.

<sup>22</sup> Cf. ARENDT, 2014, p. 52.

## 2. A Ruptura na tradição<sup>23</sup>

Para a pensadora Hannah Arendt, a sociedade contemporânea pós-guerras, é herdeira de uma ruptura na tradição. Esta afirma, que ao contrário do que muitos acreditam, não foram às sociedades intelectuais dos séculos XIX e XX, que gozavam de uma repulsa para com a tradição, que provocaram essa ruptura em nossa história. A pensadora afirma que “[...] nem as consequências no século XX nem a rebelião do século XIX contra a tradição provocaram efetivamente a quebra em nossa história”<sup>24</sup>, ela brota de fato é da perplexidade empírica da humanidade diante dos fenômenos da sociedade de massas que foram cristalizadas em movimento totalitários.

Arendt se refere ao domínio totalitário ocorrido na 2ª Guerra Mundial (1933-1945). Tal domínio foi seu objeto de estudo em *Origens do Totalitarismo* (1951), na qual ela lançou ao mundo sua interpretação original sobre o evento, destacando a realidade política, ética e moral que se encontrava para além dos terrores da guerra. Com base nessa análise, Arendt afirmará que “a ruptura em nossa tradição é agora um fato acabado. Não é o resultado da escolha deliberada de ninguém, nem sujeita a decisão ulterior”<sup>25</sup>. A relação entre tal ruptura e o totalitarismo analisar-se-á a fim de sintetizar o papel da massificação das massas para a efetivação do declinar da esfera pública.

### 2.1. A massificação dos homens

Todo governo, seja ele tirânico, despótico ou totalitário precisa das massas para manter-se firme, e postergar a sua ideologia. Refletindo sobre a importância da sociedade para o totalitarismo, Arendt afirma que este “[...] não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tantas crises internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas”<sup>26</sup>. Como se percebe, Arendt destaca o papel da sociedade, em um condicionante *sine qua non* para o sucesso dos objetivos totalitários.

---

<sup>23</sup> Conforme Cardoso “Para Hannah Arendt, o declínio da esfera pública na Era Moderna deu-se mediante os seguintes principais fatores: em termos metafísicos, pela descrença na permanência do *mun-do comum* (imortalidade terrena); em termos da hierarquia das atividades humanas, pela preponderância do trabalho e do labor *vis-à-vis* a ação; e em termos econômicos, pelo surgimento da esfera social e das massas economicamente supérfluas decorrente do desenvolvimento do sistema capitalista” (2014, p. 52). Devido ao caráter mais sucinto desta pesquisa optou-se por não esmiuçar cada um dos 3 fatores apresentados por Cardoso. Deste modo, o primeiro fator será levemente abordado a partir da descrição da destruição da política no regime totalitário. Também não usar-se-á a mesma ordem apresentada pela autora, isto porque torna-se mais esclarecedor demonstrar-se a forma como se deu a ascensão da esfera social e posteriormente elucidar-se o papel dos homens em toda essa reflexão.

<sup>24</sup> Ibid., p. 53.

<sup>25</sup> Ibid., p. 54.

<sup>26</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 2012. p. 435.



O totalitarismo se destaca de outros regimes governamentais justamente porque nele se dá grande ênfase para o papel das massas. Para este sistema, o interessante não é ter o monopólio de algumas classes ou segmentos da sociedade, mas a fidelidade de toda massa social. “Somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário, diferente do movimento totalitário”<sup>27</sup>, os movimentos totalitários surgem onde existam massas de cidadãos supérfluos que em algum momento despertem sua atenção para assuntos relacionados à organização política.

A pensadora apresenta, uma distinção entre o papel das massas no movimento totalitário e no governo totalitário. Em suma, a diferença se dá pelo fato de que no movimento totalitário o seu principal armamento é a propaganda, pois ele se forma em um meio não-totalitário. As massas, neste aspecto, são almeçadas pela fidelidade. Já no governo totalitário, a principal característica é o terror, que serve como coerção a fim de manter o poder. Neste aspecto, o meio usado serve para manter a fidelidade das massas.

A sociedade é o palco onde se desenvolvem as ideias totalitaristas. Porém, diferente das liberdades democráticas, que se baseiam na igualdade de todos os cidadãos perante a lei, mas que só adquirem significado e funcionam organicamente quando os cidadãos pertencem a agremiações ou são representados por elas<sup>28</sup> – o totalitarismo vê a sociedade como um todo a partir do princípio de igualdade, percebendo apenas o aspecto massificante.

## **2.2. A ascensão da esfera social: uma sociedade de consumidores.**

A massificação das sociedades, segundo Arendt, se inicia bem antes da ascensão do totalitarismo, tendo início a partir da propagação do cristianismo, e com maior intensificação durante a era moderna. Esta para Arendt possui seu início na Era Moderna, que possui seu início na revolução industrial e na ascensão do capitalismo, estando diretamente relacionada com o declinar da esfera pública.

No princípio do capitalismo e nos primórdios da Era Moderna, a sociedade conservava uma espécie de esfera pública, a saber: “o mercado de trocas”, fruto da ação do *homo faber*<sup>29</sup>. No entanto, a essa esfera pública faltava uma característica fundamental para ser considerada verdadeiramente uma esfera pública semelhante àquela dos povos antigos, que era a política. O mercado de trocas tinha como principal função, ser o *locus* da troca de mercadorias feitas na privacidade do lar.

---

<sup>27</sup> Ibid., p. 438.

<sup>28</sup> cf. Ibid., p. 440.

<sup>29</sup> Cf. ARENDT, op. cit., 2016, p. 172-179.

Em Arendt, essa existência do mercado de trocas é o primeiro passo para criação de uma esfera social. Segundo a pensadora, o mercado de troca cria uma sociedade comercial que impede os homens de se revelarem na esfera pública, pois sua única esfera aparentemente pública é o mercado de trocas onde os cidadãos se revelam<sup>30</sup> apenas como criadores e artesãos. Desse modo, já no princípio da Era moderna, os homens são impelidos a revelarem-se apenas na esfera privada do lar, no convívio da família e dos amigos<sup>31</sup>.

Na Era moderna houve uma séria inversão na hierarquia das atividades da vida ativa. Conforme Arendt, este período “trouxe consigo uma glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação factual de toda a sociedade em uma sociedade trabalhadora. Assim, a realização do desejo, [...] chega num momento em que só pode ser contraproducente”<sup>32</sup>. Deste modo, a pensadora apresenta que a “glorificação do trabalho” trazida pela Era Moderna interveio não somente na hierarquia da vida ativa, mas também da vida contemplativa, tornando até mesmo os sonhos dos cidadãos objetos do terreno da necessidade, que agora se transformaram de ordem “contraproducente”, ou seja, de ordem “econômica”<sup>33</sup>.

A partir destes atos, surge nos primórdios da Era Moderna aquilo que Arendt denominou de “esfera do social”. Conforme afirma, “o aparecimento da sociedade [...] do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas turvou a antiga fronteira entre o privado e o político, mas também alternou o significado dos dois termos e sua importância para a vida do indivíduo”<sup>34</sup>. Para Arendt a ascensão da esfera social não apenas “turuou” os limites do público e privado, mas “alterou o significado dos dois termos”. O tema do social dentro do âmbito público causa danos expressivos para o domínio da política, pois este, jamais ascende sozinho a esfera pública, sempre acompanhado de questões do porte econômico, o que para Arendt significa o encolhimento do Estado, que agora deve passar a preocupar-se com questões relativas a esfera da vida privada, como por exemplo, o prover de meios para subsistência das pessoas.

---

<sup>30</sup> Para Arendt esta é uma das funções da esfera pública e um dos resultados da ação. Os homens são agentes do discurso e da ação, e deste modo se revelam na esfera pública através do discurso. (ARENDR, 2016, p. 223).

<sup>31</sup> Cf. ARENDR, op. cit., 2016, p. 221

<sup>32</sup> Cf. Ibid., p. 5

<sup>33</sup> A glorificação do trabalho possui em Karl Marx a sua maior expressão intelectual. Segundo Arendt (apud CARDOSO, 2014, p. 58-59), Marx afirmava que é o trabalho que distingue os homens dos demais animais e não a capacidade de pensar. Para ela, o principal erro de Marx teria sido não distinguir o trabalho do *labor*. Por isso ele teria passado por todo o percurso de sua obra definindo o homem como *animal laborans*, e assim se pode deduzir que não é na liberdade que reside a mais quintessência do homem e sim na compulsão. Conforme a pensadora essa ideia da pós a declinar a capacidade de discutir e conversar, de dialogar, isso porque daí tem-se que o motor da história é a luta de classes, ou seja, a violência. Destarte, para Arendt este é um lamentável erro da teoria marxiana.

<sup>34</sup> ARENDR, op. cit., 2016, p. 46.

Esta ‘subsistência’ dos cidadãos está relacionada também à propriedade. Com o acúmulo de riqueza, a sociedade de consumidores passou a dar prioridade para as questões relacionadas ao acúmulo de bens. Disto decorre a exigência da proteção à propriedade privada<sup>35</sup>. Para Arendt, a propriedade privada é de singular importância para a determinação do espaço dos homens no mundo<sup>36</sup>, no entanto, na esfera social o papel da propriedade privada passa a ser confundido, e esta se torna um fim em si mesmo.

A direta relação entre a sociedade de massas, tão presente no totalitarismo, e o declínio da esfera pública, está exatamente inserida na temática da propriedade privada. Por isso é suficiente que a propriedade privada tenha apenas a importância que lhe é necessária para a preservação do espaço dos homens no mundo. Assim sendo, para nossa pensadora, o motivo pelo qual esse fenômeno é tão extremo “[...] é que a sociedade de massas não apenas destrói o domínio público; priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado [...]”<sup>37</sup>. Até mesmo o lugar da segurança de todos, mesmos os privados da ação, é agora invadido por interesses externos ao seu próprio domínio.

A principal destruição ocorrida no totalitarismo consiste exatamente na extinção da pluralidade, da propriedade, e das esferas públicas e privadas. De fato, como Arendt apresenta, a sociedade de massas é o ápice do desenvolvimento de um sistema que ocasionou a ascensão da esfera social e o declinar das esferas política e privada.

A sociedade de massas é o fruto desse processo de declinar das esferas principais da vida dos homens. O totalitarismo nada mais é do que expressão de domínio e de destruição que o homem pode alcançar. Por isso Arendt afirma que “o surgimento da sociedade de massas, [...] indica apenas que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, tal como as unidades familiares antes deles”<sup>38</sup>; Com o surgimento da sociedade de massas os limites, já tênues, entre público e privado foram desfeitos e as formas básicas de associações dos indivíduos foi enfim deturpadas, impossibilitando agora que se consiga distinguir a que esfera pertence determinados tipos de assuntos.

A pensadora chama atenção aqui para um processo histórico que culminou na sociedade de massas. Deste modo, a sociedade de massas não é causadora do declínio da esfera política, mas na verdade um fator sintomático que acelera esse processo. A principal

<sup>35</sup> “Logo que ingressou no domínio público, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários [*property-owners*], que, ao invés de requererem o acesso ao domínio público em virtude de sua riqueza, exigiram dele proteção para o acúmulo de mais riqueza.” (ARENDRT, 2016, p. 82)

<sup>36</sup> “A maior ameaça aqui, porém, não é a abolição da posse privada da riqueza, mas sim a abolição da propriedade privada, no sentido de um lugar tangível possuído por uma pessoa no mundo.” (ARENDRT, 2016, p. 86)

<sup>37</sup> ARENDRT, op. cit., 2016, p. 72

<sup>38</sup> Ibid., p. 50

característica do domínio social é antagônica à principal característica do domínio político, que é a pluralidade. Na sociedade, a tendência é que tudo seja igualado e tudo seja resolvido a partir do reino da necessidade coletiva.

Arendt apresenta a expressão “domínio social” como a predominância das necessidades sobre a política, a fim de esclarecer suas percepções sobre esse sistema de vivência da modernidade. Conforme a pensadora acentua, o domínio social “[...] desencadeou um crescimento artificial, por assim dizer, do natural”<sup>39</sup>. Fragilizados, diante desse crescimento, os domínios privados e a dimensão do político foram incapazes de se defender preservando os seus caracteres originais.

O que Arendt está expressando neste momento é sobre uma espécie de resistência natural que os domínios públicos e privados fazem de modo silencioso, ao domínio social. mas que tem se mostrado a cada momento mais inútil, devido ao crescimento das necessidades e, ao mesmo tempo, do acúmulo de riquezas.

Outro fator que a pensadora destaca é o crescimento de uma naturalização do domínio social. Este relega ao domínio privado questões referentes à vida contemplativa e à vida ativa, criando de modo artificial uma mentalidade nos cidadãos de que tudo que é necessário ser discutido já está presente nas questões de ordem econômica. É a partir dessa percepção que Arendt vai destacar aquilo que ela considera como sendo o mais significativo “sintoma” do declínio da esfera pública já concretizado.

“Talvez a mais clara evidência do desaparecimento do domínio público na era moderna seja a quase completa perda de uma autêntica preocupação com a imortalidade, perda esta um tanto eclipsada pela preocupação metafísica com a eternidade”<sup>40</sup>. Na hodiernariedade a busca por imortalizar-se declinou em manifestação da vaidade pessoal. Na era moderna, preocupar-se com a imortalidade é um aspecto da vida privada das pessoas, é apenas a expressão de um vício dos homens. Vale a pena destacar que, conforme a análise de Arendt, na sociedade grega a preocupação dos homens com a eternidade e imortalidade, consistia em um dos principais objetivos a serem alcançados no domínio público, daí decorrem os grandes contos gregos que falavam de heróis e semideuses. Na modernidade com a ascensão da esfera social esta realidade perdeu lugar, característica que marca fortemente o fim da esfera política.

Todo esse declinar possui um sujeito, sendo este o próprio homem, desdobrando-se sobre a tríade de suas atividades da vida ativa. É necessário compreender como o homem atua

---

<sup>39</sup> Ibid., p. 58

<sup>40</sup> Ibid., p. 68-69.

dentro desse desenrolar do processo histórico que culminou no declínio da esfera pública, para posteriormente poder se pensar em possibilidades de a humanidade ressignificar a política, e assim reestruturar a esfera pública. A fim de alcançar tal objetivo faremos uma breve exposição sobre a ação do homem, com ênfase em sua condição de *animal laborans*, para se compreender melhor em que condições a humanidade se encontra diante da solidificação da esfera social.

### 3. Os Sujeitos de um Declinar: a vitória do animal laborans

A ascensão da esfera social e o declínio das esferas privada e política, como todo fenômeno político, não ocorreram sem a direta participação dos homens. Consciente disso, em suas obras, Arendt tomou como ideia norteadora de sua atividade intelectual, o desejo de compreender o que estamos fazendo. Tal ideia lhe colocava para além daqueles que buscavam culpados para os problemas da era moderna, e mais distante ainda daqueles que procuravam respostas teóricas para tais problemas. Conforme esclarece Adriano Correia sobre essa preocupação arendtiana, “[...] seu propósito não era fornecer respostas teóricas às perplexidades do nosso tempo, mas pensar o que estamos fazendo e reconsiderar a condição humana a partir de nossas experiências e nossos temores mais recentes”<sup>41</sup>. Isso significa principalmente, elucidar as consequências das transformações operadas no domínio político a partir da vitória do *animal laborans*, da conversão do trabalhador em modelo do humano, para a compreensão da vida humana e para o domínio político.

O esclarecimento feito por Correia conduz para toda uma reflexão feita a partir do pensamento de Arendt, sobre o mundo hodierno, para uma questão crucial, a saber: qual o papel dos homens dentro das “nossas experiências e nossos temores mais recentes”? Refletir sobre isso é, conforme Correia, pensar nas transformações desencadeadas pelo *animal laborans* na política moderna, assim como conhecer os caminhos traçados pelos homens ao longo da história e, conhecendo-os, precaver a humanidade do fadado erro de repetir certos acontecimentos históricos.

Destarte, faremos uma sucinta descrição da atividade do *homo faber* e do *animal laborans*, a fim de compreendermos aquilo que Cardoso destacou como sendo o segundo principal fator contribuinte para o declínio da esfera pública: a “preponderância do trabalho vis-à-vis a ação”.

### 4. A durabilidade do mundo: a obra do homo faber

---

<sup>41</sup> CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 41

Conforme já fora exposto, as atividades humanas são classificadas por Arendt em três tipos (trabalho, obra e ação) e estes são classificadas em “nobreza”, tendo a ação primazia sobre as demais. No entanto, dizer isto não implica necessariamente na desvalorização das demais atividades. De modo contrário a essa interpretação, a pensadora destaca uma certa interdependência, tal que a existência da mais nobre das atividades está antecedida pelo correto uso da obra e do trabalho.

A obra “[...] corresponde ao caráter não-natural da existência humana, cuja mortalidade é redimida não pelo sempre recorrente ciclo vital da espécie, mas pela produção de um mundo de coisas cuja duração tende sempre a ultrapassar o tempo da vida dos próprios fabricantes”<sup>42</sup>. Em síntese, essa é a quinta-essência da atividade do *homo faber*: a arte de construir um mundo durável, de preparar o campo de condições suficientes para a ação.

De tudo que já fora explanado sobre a fabricação, já se entende bem a essência dessa atividade. No entanto, Arendt descara o que para ela é o fator que distingue a obra das demais atividades. Consoante afirma a pensadora,

O processo de fabricação é inteiramente determinado pelas categorias dos meios e do fim. A coisa fabricada é um produto final no duplo sentido de que o processo de produção termina com ela (“o processo desaparece no produto”, como disse Marx) e de que é apenas um meio de produzir esse fim. [...] No processo de fabricação, ao contrário, o fim é indubitável: ocorre quando uma coisa inteiramente nova, com suficiente durabilidade para permanecer no mundo como um ente independente, é acrescentado ao artifício humano (ARENDDT, 2016, p. 177-178).

Com essa afirmação, a pensadora ressalta um horizonte de reflexões não apresentadas textualmente nesse parágrafo. Arendt compreende a obra como impossibilidade de igualar a ação porque aquela é incapaz de “produzir política”, ou seja, tal atividade não é mediação ou veículo de decisões, mas sim um processo com início e fim programado e pré-determinado. A obra também não se iguala ao trabalho, pois este é repetitivo. O ato de fabricar pode ser repetido, mas a obra fabricada é sempre de caráter inovador.

Arendt coaduna essas distinções sintetizando a função das categorias meios e fins em cada uma das três atividades humanas. “A característica da fabricação é ter um começo definido e um fim definido e previsível [...]. O trabalho, preso ao movimento cíclico do processo vital do corpo, não tem começo nem fim”<sup>43</sup>. A ação ao contrário das demais atividades, possui um começo definido – no agir conjunto dos homens – porém, jamais tem um fim previsível.

---

<sup>42</sup> Ibid., p. 42.

<sup>43</sup> Ibid., p. 178.

A obra possui sua particularidade e importância dentro do reino das atividades humanas. Com a distinção arendtiana, é demonstrado que quando o *homo faber* se situa apenas no papel que lhe é ideal dentro da sociedade, o seu produto serve para preparar o mundo para a digníssima atividade da ação.

No entanto, a era moderna ocasionou também uma espécie de desnivelamento da obra do *homo faber*. Com a ascensão dos meios de produção tecnológicos e o avanço da era industrial, os fabricantes deixaram o caráter único da obra, e passaram a produções de larga escala, causando uma espécie de massificação da produção, interferindo também na área do conhecimento humano. Arendt afirma que:

Não foi somente a parafernália de instrumentos e, portanto, o auxílio que o homem teve de angariar do *homo faber* para adquirir o conhecimento que fez com que essas atividades ascendessem de sua antiga posição humilde na hierarquia das capacidades humanas. Mais decisivo que isso foi o elemento da produção e de fabricação presente no próprio experimento, que engendra os seus próprios fenômenos de observação e, portanto, depende desde o início das capacidades produtivas do homem. [...] A produtividade e a criatividade, que iriam tornar-se os mais altos ideais e inclusive os ídolos da era moderna em seus estágios iniciais, são emblemas inerentes ao *homo faber*, ao homem como construtor e fabricante humano (ARENDR, 2016, p. 366-367).

Em determinado momento da história, a pensadora esclarece que a fabricação perdeu suas peculiaridades originais de produzir, criar e inovar, passando a ser refém da ciência experimental, que na era da revolução industrial passou a buscar apenas o aperfeiçoamento de técnicas em larga escala. Deste modo, Arendt sentencia que a obra passou a rejeitar seu humilde papel na hierarquia das atividades, e começou a se colocar como fator determinante das ações e decisões da sociedade, inaugurando a era onde a política não é mais o horizonte para as decisões, e sim o fator econômico capitalista.

Essa intervenção na história realizada pelo *homo faber* nos permite entender como ocorreu a destruição das esferas públicas e privadas, e a definitiva ascensão da esfera social no período de domínio do *animal laborans*.

#### **4.1. A sociedade do trabalho: supremacia do animal laborans**

O trabalho é a atividade humana correspondente ao *animal laborans*, e o seu palco de atuação é a sociedade de consumidores. Isto significa que na origem do declinar das esferas tradicionais está a atuação do *homo faber*. Porém, em seu ápice quem atua é o *animal laborans*. Para Arendt, afirmar que estamos em uma sociedade de consumidores equivale a

estarmos em uma sociedade de trabalhadores. Isto porque a autora esclarece que o consumo e o trabalho são apenas dois estágios do mesmo processo de submissão à necessidade da vida<sup>44</sup>.

Ao fazer esse tipo de constatação, a pensadora não está se colocando contrária à classe trabalhadora. Para ela, “essa sociedade não surgiu em decorrência da emancipação das classes trabalhadoras, mas resultou da emancipação da própria atividade do trabalho, que precedeu em vários séculos a emancipação política dos trabalhadores”<sup>45</sup>. Deste modo, Arendt quer elucidar que o problema principal é a sujeição da humanidade a todas as necessidades vitais e, deste modo, a criação de uma dependência de todos os homens à virtude do trabalho, à sustentação privada.

Em síntese, essa supremacia na era moderna de uma atividade da vida ativa consiste no “[...] tempo da vitória do *animal laborans* sobre o *homo faber*. [...] A vitória do *animal laborans*, do trabalhador, é o triunfo do consumo sobre o uso, do metabolismo sobre a durabilidade das coisas, da necessidade sobre o mundo, da vida sobre a imortalidade”<sup>46</sup>. O reino do trabalho consiste na destruição de tudo aquilo que outrora era durável e que fazia sentido para os homens. Dentro dessa destruição, está o declinar do espaço da esfera pública e o encolhimento da esfera privada, bem como a perda do significado da política.

Para descrever essa supremacia do *animal laborans*, Arendt usa a expressão “vitória do *animal laborans*”. Com isto a pensadora destaca a perda de sentido das nossas instituições e conceitos herdados da tradição do pensamento ocidental. Conforme Hannah Arendt afirma,

A vitória do *animal laborans* jamais teria sido completa se o processo de secularização, a moderna perda da fé como decorrência inevitável da dúvida cartesiana, não houvesse despojado a vida individual de sua imortalidade, ou pelo menos da certeza da imortalidade. A vida individual voltou a ser mortal, tão mortal quanto o fora na Antiguidade, e o mundo passou a ser ainda menos estável, menos permanente e, portanto, menos confiável do que o fora durante a era cristã. Ao perder a certeza de um mundo futuro, o homem moderno foi arremessado para dentro de si mesmo, e não para este mundo (ARENDR, 2016, p. 397).

A pensadora vê na vitória do *animal laborans* o palco para o declinar da crença da imortalidade e eternidade do mundo. Conforme exposto, Arendt acredita nisto exatamente por conhecer que o trabalho “não tem começo nem fim”. Desse modo, uma sociedade pautada no trabalho é uma sociedade viciada no ciclo de produção e refém de sua subsistência.

A perda das perspectivas de imortalidade nos homens modernos é clara a partir da mudança do ideal de realização humana. Conforme Correia sintetiza “[...] a vitória do *animal laborans* [...] traduz o apequenamento da estrutura e dos horizontes do homem moderno, para

---

<sup>44</sup> Cf. Ibid., p. 156.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> CORREIA, op. cit., p. 44.



quem a felicidade se mostra como saciedade, e não como grandeza ou perfeição”<sup>47</sup>. Assim sendo, o homem moderno é fortemente tentado a pesar a vida apenas sob o prisma do consumo e do lucro.

Com esse “apequenamento” do horizonte dos homens modernos, a pensadora ressalta a perda do ideal de eternidade e, conseqüentemente, o declinar da esfera pública. Para Arendt, “se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos, mas tem que transcender a duração da vida de homens mortais”<sup>48</sup>.

Essa perda de um ideal comum - ou pelo menos de um fator “congregacional” entre os homens - é característica impar da sociedade de massas. Arendt acredita que o fato determinante da sociedade de massas não é o grande número de pessoas envolvidas, mas sim o fato do mundo existente entre elas já não poder uni-las, relaciona-las e separa-las<sup>49</sup>. Isto é, conforme o pensamento arendtiano, uma situação semelhante àquelas vividas em campos de concentração em tempos de domínios totalitários.

#### 4.2. A ação geradora da política

Apesar das constatações feitas por Arendt sobre o homem moderno, a pensadora não desanimou e tão pouco desistiu da ressignificação da política. Seguindo a linhas de pensamento agostinianas, buscou na ideia de um *amor mundi* lembrar os homens da mais nobre das ações humanas, aquela que é geradora de política, no caso, a ação.

A ação é a atividade humana geradora da política, a mais digna de todas as atividades e aquela que melhor representa a pluralidade dos homens. Não se pode agir sozinho, isolado, visto que a ação é sempre uma atividade voltada para os outros e, portanto, uma atividade política. “A política baseia-se na pluralidade dos homens, Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza”<sup>50</sup>.

Reviver o sentido da ação é lembrar de três conceitos cruciais que ajudaram a pensadora a continuar acreditando na capacidade dos homens de ressignificar a política. Estes são a natalidade, o perdão e a promessa.

---

<sup>47</sup> CORREIA, op. cit., p. 48.

<sup>48</sup> ARENDT, op. cit., 2016, p. 67.

<sup>49</sup> Cf. Ibid., p. 65.

<sup>50</sup> ARENDT, Hannah. **O que é política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 21.

A natalidade consiste na capacidade da humanidade de criar e inovar a partir do nascimento de novos homens. A pensadora acreditava que a “cada novo nascimento surge uma luz”<sup>51</sup>. Os homens novos podem e são capazes de agir e ressignificar a política.

O perdão em Arendt é o que livra os homens do fardo da irreversibilidade, garantindo a oportunidade de recomeçar seus juízos. O perdão “descongela” o agir das consequências das ações anteriores, é a oportunidade de poder continuar sua história. Esta capacidade humana é dependente da pluralidade, e, portanto, é política, pois ninguém pode perdoar a si mesmo<sup>52</sup>. A promessa livra-os da imprevisibilidade do futuro, surgindo diretamente do desejo político de conviver uns com os outros, fazendo uso da ação e do discurso. A promessa é a faculdade que permite retomar à crença na humanidade<sup>53</sup>.

Destarte, mesmo diante dos desmontes ocasionados pela vitória do *animal laborans*, a pensadora impele os homens a construírem uma nova história e a serem capazes de lançar luzes sobre os tempos de trevas que se imergiram. Por isso, vê-se o declinar da esfera pública não como um fim, mas como uma etapa para fins de evolução da própria humanidade. Perdoando, prometendo e agindo, os homens serão capazes de dar novo significado para a política e reestruturar as esferas tradicionais e fundamentais para vida humana.

### Considerações finais

O pensamento de Arendt está fundamentalmente ligado com as sociedades gregas e romanas antigas. Por isso, suas noções de esferas públicas e privadas são resquícios de resgates feitos das sociedades referidas. Nos gregos, a pensadora vê a origem de toda a política, e nos romanos o ápice do desenvolvimento de toda compreensão do homem sobre os espaços públicos políticos. Contudo, é salutar destacar que esse movimento não se trata de uma atividade de anacronismo ou saudosismo, mas uma operação característica do pensamento de Arendt que visa esclarecer os conceitos políticos a partir da comparação dos mesmo com suas origens.

Para a pensadora, a humanidade é herdeira dessa tradição grega. Contudo, no período dos domínios totalitários, a humanidade incorreu numa espécie de ruptura nessa tradição. O totalitarismo lega à humanidade a massificação dos homens, fator tão importante para a ascensão da esfera social. Apesar da massificação não ter tido sua origem no fenômeno

---

<sup>51</sup> ARENDT, op. cit., 2016, p. 15

<sup>52</sup> Cf. Ibid., p. 292-301.

<sup>53</sup> Cf. Ibid., p. 301-306.

totalitário, a pensadora busca sempre destacar em suas obras o papel singular que este regime teve para a potencialização do fenômeno massificante. Deste decorre o início da Era Moderna e, concomitantemente, o aparecimento da versão avassaladora do capitalismo. Arendt destaca que dos acontecimentos em questão chamar-se-á a atenção para o aparecimento de uma esfera social que consiste no espaço de relação dos homens.

A esfera social põe em questionamento as noções de imortalidade e eternidade, e o resultado obtido desse questionamento é a perda de significado da política. Destarte, a pensadora busca apresentar que a sociedade moderna substituiu a esfera pública política por uma esfera social que se demonstrava mais claramente no mercado de trocas, e que nessa substituição os homens foram afastados para as intimidades de seus lares.

Deste processo, buscou-se na presente pesquisa enfatizar o papel dos homens em suas tríplices atividades descritas por Arendt. A má execução do trabalho e da obra ocasionou a preponderância do trabalho vis-à-vis a ação. Deste modo, se compreendeu que a função do *homo faber* é criar um mundo com condições suficientes para as demais atividades, porém, o ignorar dessa função da obra é prosseguir em direção a uma intervenção na ordem da hierarquia das atividades da vida ativa.

Dentro dessa reflexão sobre a sociedade de massas, a pensadora destaca a existência da sociedade do trabalho. A sociedade do trabalho ou do consumo é o fruto do deslocamento da importância da atividade do *animal laborans*. Esse deslocamento da função do trabalho – busca de meios para a subsistência individual dos homens – é a proclamação da vitória do consumo sobre o uso, do metabolismo sobre a durabilidade, da necessidade sobre o mundo, da vida sobre a imortalidade. Consiste na derrocada final do *homo faber* e da vitória do *animal laborans*.

Para Hannah Arendt, a vitória do animal laborans é o ápice da massificação dos homens e o declinar final da esfera política. Conforme apontado, a perda de ideais duráveis resulta no desaparecimento de um espaço definitivamente político onde os homens possam se congregarem em torno de ideias e ali revelarem suas verdadeiras identidades através do diálogo e da ação. Apesar dessa constatação arendtiana, a pensadora não desiste da capacidade dos homens de reabilitar as esferas públicas e privadas bem como ressignificar a política. Assegurada na atividade da ação, ela apresenta três categorias elementares na busca pela reabilitação do sentido da política.

A ação é a mais digna de todas as atividades do homem e é também a única que não possui um fim e nem um início determinado. A natalidade é para Arendt a capacidade dos

novos homens de criar e reconstruir, é a possibilidade para o novo. O perdão é que reconcilia os homens com a sua história, e a promessa é o que faz os homens acreditarem em dias melhores. Conforme a crença da pensadora, a humanidade poderá ressignificar a política caso ela perdoe seu passado e passe a acreditar que novos homens poderão trazer a esperança de agir e, ressignificar a política.

A presente pesquisa não buscou esgotar as possibilidades de reflexão sobre a temática da esfera pública no pensamento de Hannah Arendt, no entanto, buscou compreender como se deu a atuação dos homens no processo de declinar da esfera pública apresentado nas obras da pensadora em questão. Demonstrando a importância dos gregos e romanos para a política de Arendt, conseguimos identificar as bases de categorias chaves de sua filosofia. Com a elucidação para o fenômeno totalitário e a massificação da sociedade, é possível compreender como ocorreu o declinar das esferas tradicionais. Consciente desse declinar, se apresentou a atuação do homo faber e animal laborans identificando os erros históricos dessas atividades, mas também lançando luzes sobre essa realidade através da esperança na atividade de agir.

Destarte, se pôde perceber em quais condições a humanidade perdeu os “trilhos” de seu agir e assim incorreu no encolhimento de elementos essenciais para a vida humana. A partir daí se buscou traços e luzes para um projeto maior apresentado por Arendt, mas que deve ser efetivado pelos homens da sociedade hodierna, que é o de ressignificação da política. Deste modo, se pode dizer que os grandes problemas da política hodierna nascem nos homens e é neles mesmos que podem e devem ser solucionados.

## Referência Bibliográfica

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

\_\_\_\_\_. **A vida do espírito: o pensar, o querer e o julgar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **O que é política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

CARDOSO JUNIOR, Nerione N. **Hannah Arendt e o declínio da esfera pública**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014

CORREIA, Adriano. **Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CRESPIGNY, Anthony; MINGUE, Kenneth. **Filosofia política contemporânea**. Trad. Yvonne Jean. Brasília: Ed. Unb, 1979.

OLIVEIRA, Luciano. **10 lições sobre Hannah Arendt**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.